

A ECONOMIA DA CULTURA EM PEQUENOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: O ESTUDO PRELIMINAR DO CASO DE OSÓRIO/RS

Márcio Rogério Olivato Pozzer¹

Nicole Andrades²

Romero Assis de Oliveira³

Resumo: Este trabalho é resultado preliminar de pesquisa realizada no município de Osório, no Rio Grande do Sul sobre o impacto de duas políticas públicas na economia da cultura: Festival de Teatro “Art in Vento” e Feira do Livro, que encontram-se em suas 12ª edição e 32ª edição respectivamente. A investigação parte da constatação de que a economia da cultura no Brasil é uma área em crescimento e que como área de pesquisa está em consolidação e, portanto, com a presença de algumas lacunas importantes, sobretudo teóricas e analíticas, que precisam ser enfrentadas, como a ausência de estudos, de dados estatísticos e de informações, sendo que este cenário se agrava consideravelmente nos pequenos municípios brasileiros (até 100 mil habitantes), que representam a maioria absoluta desta categoria federativa no Brasil: 94,81% do total nacional. Frente a isso, apresenta-se o “pequeno” município de Osório, que conta com 46 mil habitantes e pode ser caracterizado como um “município tipo”, com todas as dificuldades políticas, econômicas e sociais enfrentadas por cidades com o mesmo perfil, como, por exemplo, a ausência de uma secretaria de cultura, a falta de recursos humanos e orçamentários, a precariedade de equipamentos culturais, a inexistência de livrarias entre outras. A excepcionalidade e a oportunidade de pesquisa reside na vitalidade artística e cultural do município que viabiliza anualmente a realização de eventos importantes, como o festival de teatro e a feira do livro ora pesquisadas. Com isso, este estudo tem analisado a partir destes dois eventos, o papel desempenhado pelo poder público local na economia da cultura, o impacto em suas cadeias produtivas e nos hábitos culturais da população.

Palavras-chave: Economia da Cultura; Festival de Teatro; Feira do Livro; Osório; Políticas públicas de cultura.

1. Introdução

Os brasileiros adotaram uma narrativa de que seu povo é extremamente criativo e de que a cultura ocupa um lugar de destaque em suas relações sociais. Contudo, ainda que a produção, a circulação e o consumo de bens culturais ou, simplesmente, o que se denominou de “economia da cultura” venha ocupando espaço de maneira crescente na pauta econômica nacional, tanto os setores público, quanto o privado têm enfrentado dificuldades há tempos para definir estratégias que alcem a cultura a um papel de protagonismo no cenário econômico nacional.

1 Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS.
marcio.pozzer@osorio.ifrs.edu.br

2 Estudante de EMI Administração. nickdeandrades@gmail.com

3 Estudante de EMI Administração. romeroassisdeoliveira@gmail.com

Se o estudo da economia da cultura nos remete a 1965 com a publicação de *Performing Arts: the economic dilemma*⁴ de William Baumol e William Bowen nos Estados Unidos da América, infelizmente, o tema ainda não deixou de ser uma “novidade” nos ambientes acadêmicos, políticos e empresariais brasileiros, com dificuldades de se firmar enquanto área de pesquisa e de prioridade das ações dos setores públicos e privados, relegando a meia dúzia de instituições o papel que deveria ser estratégico de refletir sobre o setor que, em âmbito mundial vem ganhando destaque, sobretudo, a partir dos anos 1980 e 1990, quando passou a integrar também os discursos dos órgãos internacionais de cooperação, sendo reconhecido como vetor importante de desenvolvimento (POZZER, 2012: 10).

A banalização com que a cultura de massa historicamente foi tratada por setores acadêmicos, somada aos juízos de valor, por deveras críticos, à indústria cultural e ao entretenimento, criaram um ambiente hostil para a discussão sobre economia da cultura, que fornece alguns indícios para compreensão da precariedade das pesquisas nesta área.

1.1 O peso da cultura na economia e seus dados e indicadores

Segundo dados do Banco Mundial, estimava-se que a economia da cultura correspondia a aproximadamente 7,0% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 2003, 7,7% nos EUA, também em 2003 e de 8,2% na Inglaterra em 2004. Já no Brasil, a informação trazida pelo Atlas Econômico da Cultura Brasileira, lançado em abril de 2017, foi de que estima-se em 5,0% do PIB o percentual da economia da cultura no ano de 2010, significativamente mais baixo do que no resto do mundo⁵.

Tal diferença pode ser causada e, portanto, interpretada das mais variadas maneiras. O campo cultural historicamente trata como falta de prioridade. O certo é que, se comparado aos demais setores da economia, pode-se verificada uma carência de estatísticas e fontes sistematizadas de dados relativos à área cultural, como alerta Ana Carla Fonseca Reis (2007). Segundo ela, a precariedade atingia as estatísticas com viés econômico: riqueza produzida,

4 *Performing Arts: the economic dilemma* é um estudo sobre artes cênicas, mais especificamente sobre a Broadway, financiado pela Fundação Ford e que teve repercussões econômicas importantes, uma vez que deu origem à teoria ou ao fenômeno denominado “Efeito Baumol”, que envolve um aumento de custos em atividades que não experimentaram aumento da produtividade. Isso aparentemente iria contra a teoria de economia clássica em que os salários estão diretamente ligados a produtividade do trabalho.

5 Segundo dados da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, em 2014, a cultura foi responsável por injetar 126 bilhões de reais na economia brasileira, ou seja, 2,6% do PIB nacional, empregando formalmente 1,7 milhão de pessoas.

número de empregos diretos e indiretos, assim como o perfil das vagas de trabalho e o consumo de bens e serviços culturais; e também as estatísticas de perfil mais qualitativo, como estudos de hábitos e tendências das pessoas que usufruem de alguma maneira dos bens e serviços culturais. Entretanto, no Brasil, a área de planejamento do setor cultural tem ensaiado algumas ações que almejam reverter a precariedade em que o segmento está mergulhado. Merecem destaque: em 2006 a inserção e aprovação no Plano Plurianual do governo federal brasileiro (PPA) o Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC); e, principalmente, a aprovação em 2010 do Plano Nacional de Cultura que, em seu artigo 9º, criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, que, se alimentado, pode ser fonte fundamental de dados e informações para atores públicos e privados, mas que estão desatualizados desde 2016⁶.

1.2 A economia da cultura nos pequenos municípios e as desigualdades

Se no geral a situação está longe da ideal, ainda mais grave é quando se busca avançar na compreensão das cadeias produtivas da cultura e das demais dimensões econômicas em pequenos municípios⁷, que, embora sejam maioria entre os entes federativos brasileiros, estão desprovidos, não apenas do interesse e da vitalidade econômica, da iniciativa privada, mas também da maioria das políticas públicas que, tratando-se do segmento cultural, historicamente se concentram nos grandes centros urbanos.

Segundo os dados do censo brasileiro de 2010, os municípios brasileiros com menos de 100.000 habitantes representavam 94,91% do total, absorvendo 86.319.122 habitantes de um total de um pouco mais de 190 milhões de brasileiros. Ou seja, 45,25% da população brasileira vivia em municípios de pequeno porte.

TABELA 1 - Número de municípios, população residente, por situação do domicílio e classes de tamanho da população dos municípios – Brasil – 2010

	Pequenos municípios (até 100.000 habitantes)	Municípios médios (de 100.001 a 500.000 habitantes)	Grandes municípios (mais de 500.001 habitantes)	Total
Quantidade	5282	245	38	5565
Percentual de municípios	94,91%	4,40%	0,68%	100,00%
População residente	86319122	48565171	55871506	190755799
Percentual da população	45,25%	25,46%	29,29%	100,00%

Fonte: Elaborado a partir de dados do Censo Demográfico 2010 – IBGE-SIDRA.

⁶ A última consulta realizada para este trabalho foi feita em abril de 2018, ou seja, há dois anos.

⁷ Chamamos de pequenos municípios aqueles que contam com menos de 100.000 habitantes, seguindo a disponibilidade de dados do Sistema Sidra dos censos do IBGE.

A desigualdade regional característica do Brasil, também pode ser notada na cultura de maneira geral. Felizmente, a vitalidade cultural dos pequenos municípios não tem sido colocada em discussão, mas sim a vitalidade e, principalmente, a viabilidade econômica destas localidades, como forma de se justificar a discrepância na oferta e demanda de alguns bens e serviços culturais, quando comparados aos municípios médios e grandes.

A dinâmica histórica estabelecida no Brasil dos financiamentos e investimentos para o segmento da cultura criou algumas perversidades, dentre elas, a concentração de bens e serviços e, sobretudo, de projetos e espetáculos nos grandes centros urbanos, com destaque para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A Lei Rouanet é uma das responsáveis diretas pela má alocação dos recursos públicos distribuídos por intermédio da iniciativa privada por uma espécie de “mecenate capenga”, como pode ser verificado através dos dados disponibilizados pelo Ministério da Cultura, referentes ao ano de 2015, ao se buscar fazer um diagnóstico dos resultados da Lei Rouanet, em que pode-se verificar que a região sudeste do país, embora seja responsável por 42% da população, recebe 79,29% dos recursos advindos da lei.

TABELA 2 – Distribuição dos recursos da Lei Rouanet (chamado na tabela de Mecenate) e do Fundo Nacional de Cultura em 2015 comparado à população e à arrecadação de impostos por região do Brasil

	Mecenate	Fundo Nacional de Cultura	População	Arrecadação de Impostos
Sudeste	79,29	46,00	42,00	67,00
Sul	13,15	18,00	14,50	10,00
Nordeste	4,58	22,00	28,00	5,50
Centro-Oeste	2,33	10,00	7,50	15,50
Norte	0,66	4,00	8,00	2,00

Fonte: SNIIC – Ministério da Cultura

A Lei Rouanet, embora um dos principais instrumentos de financiamento da cultura nacional, é apenas uma das fontes em que bebe a cultura. São fontes importantes os investimentos diretos do poder público em todos os níveis: federal, estadual e municipal; as iniciativas dos órgãos públicos da administração indireta (leia-se aqui empresas públicas ou de capital misto), os recursos “incentivados” advindos da iniciativa privada, no qual se destaca o papel desempenhado pelo “Sistema S”⁸, em especial do SESI (Serviço Social da

⁸ Sistema S é o nome pelo qual se ficou convencionado chamar ao conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Federal brasileira.

Indústria), do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e do SESC (Serviço Social do Comércio), que em alguns estados montou uma importante rede de equipamentos, que, embora muito importantes, reforçam a concentração de oferta de bens e serviços culturais.

Além da concentração geográfica, a Lei Rouanet e os equipamentos do Sistema S foram responsáveis pelo desenvolvendo de uma cultura que, de certa forma, virou um tabu entre gestores públicos e por parte dos estudiosos da cultura: a de que os espetáculos artísticos devem ser gratuitos. Esta característica que foi se desenvolvendo no público agravou a dificuldade pela busca da viabilidade econômica almejada pelos artistas, que, sem sucesso em acessar as linhas de financiamento, dependem dos recursos advindos das bilheterias, venda de livros, venda de discos etc. Tornando mais complexa a já difícil análise e compreensão da especificidade da remuneração dos artistas, como aponta (BENHAMOU, 2007).

A baixa oferta de equipamentos culturais, sejam eles públicos ou privados, reduzem a possibilidade de se objetivar o capital cultural, tornando a perversidade da má distribuição das verbas artísticas uma “bola de neve”. Os artistas “locais”, que são desconhecidos do grande público, não encontram “vitrine” ou “palco” para expor suas produções, seus bens culturais. Segundo a ‘Pesquisa de Informações Básicas Municipais’, realizada em 2014 pelo IBGE, apenas 10,4% dos 5.570 municípios brasileiros têm ao menos um cinema, 27,2%, museu, 37%, centro cultural e apenas 23,4% possuem teatro ou sala de espetáculos. O equipamento mais presente no país são as bibliotecas públicas, presentes em 97,1% das cidades. Ainda que apenas 27,4% dos municípios possuem livrarias. Este cenário não se distingue do encontrado em Osório/RS, que, para superar tais dificuldades, tem lançado mão, por exemplo, dos dois eventos estudados: Festival de Teatro e Feira do Livro.

2. A pesquisa em Osório/RS

Frente às dificuldades supracitadas, a pesquisa à qual este artigo se remete, tem tido a oportunidade de fazer uma análise profunda sobre o caso do município de Osório no Rio Grande do Sul, que é palco de dois eventos importantes para a cidade, mas que podem servir de parâmetro para a análise de outros municípios de realidade próxima: o Festival de Teatro Art in Vento, que está na sua 12ª edição e a Feira do Livro, que está na sua 32ª edição.

Osório é um município de 46 mil habitantes, como já citado, e está localizado aproximadamente a 100 km de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Atualmente, a cidade não

conta com uma Secretaria Municipal de Cultura⁹ e sim com uma ‘Assessoria de Cultura e Juventude’ vinculada ao gabinete do prefeito. Ainda assim, conta com uma biblioteca municipal, vinculada à Secretaria de Educação, Museu de Antropologia localizado em uma réplica de vila colonial e estação férrea, possui um Centro Cultural com uma pequena biblioteca e espaço multiúso, local onde também funcionam o Arquivo Histórico Municipal e a “sede” da Assessoria de Cultura e Juventude. Além disso, todas as praças contam com internet sem fio e com acesso gratuito e ilimitado, há um atuante Centro de Tradições Gaúchas (CTG), aldeia indígena da etnia Guarani, escola de dança privada, escola de teatro também privada e algumas outras pequenas iniciativas.

Osório ainda conta com uma rede de escolas públicas municipais e estaduais, uma Faculdade particular, que foi o berço do coletivo a ser estudado, e um campus do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), que oferta cursos técnicos integrados ao nível médio, cursos de nível superior e também pós-graduação.

Ou seja, o município de Osório se insere em um contexto extremamente fértil para avançarmos na compreensão do papel da cultura na economia. Assim como Bakhshi, Lee e Mateos-Garcia¹⁰ (2013) ao analisarem os municípios ingleses, afirmam haver forte relação entre empreendimentos artísticos e culturais e a performance econômica das cidades, busca-se verificar o impacto das políticas culturais na economia da cidade e nos padrões de consumo cultural.

O objetivo geral desta pesquisa é lançar luz sobre os pequenos municípios brasileiros, verificando em que medida a economia da cultura faz parte das dinâmicas produtivas locais e vem sendo realizada por meio de revisão bibliográfica, sobretudo da literatura internacional, tendo em vista a escassez de pesquisas desta natureza no Brasil; pesquisa documental, especialmente dos custos e investimentos efetuados pela prefeitura municipal de Osório na área da cultura; observação das atividades artísticas e culturais na cidade; entrevistas e aplicação de questionários (com gestores, artistas e público em geral, além de outros atores

9 A Secretaria de Cultura de Osório foi extinta pelo prefeito devido à crise econômica, que resultou também em uma crise fiscal para o município.

10 Os empreendimentos culturais têm contribuído significativamente para a criação e desenvolvimento de novos modelos de negócio, chamando a atenção, em especial, os modelos organizados em rede. Segundo Bakhshi, Lee e Mateos-Garcia (2013), os empreendimentos criativos, dentre eles os culturais, têm uma forte tendência a atuar em conjunto, compartilhando conhecimento e podem, inclusive, atuar com outros setores inovadores, como alguns serviços empresariais de alta tecnologia.

envolvidos na economia da cultura), dentre outras técnicas que possibilitem o levantamento de dados de natureza quantitativa e qualitativa.

3. As políticas públicas em Osório e a economia da cultura

O papel que o Estado deve cumprir em relação à cultura é bastante controverso. Por um lado, é recorrentemente caracterizado como “dirigista”, ou seja, vinculando as diferentes formas de financiamento à determinação do que deve ser produzido. Por outro lado, a cobrança pela necessidade de políticas públicas para as artes e para a cultura de maneira geral vem crescendo em diversos setores da sociedade, entre eles o dos artistas.

Neste sentido, a presente pesquisa compreende, de maneira simplificada, que o papel do Estado deve ser assegurar a democratização do acesso à fruição e à produção cultural, uma vez que nem todas as pessoas são artistas, mas todos são sujeitos de suas histórias e dotados do direito de exercer todas as suas dimensões culturais.

Como afirma Marilena Chauí:

“Se, portanto, nem todos são pintores, mas praticamente todos amam as obras de pintura, não seria melhor que essas pessoas tivessem o direito de ver as obras dos artistas, fruí-las, serem levadas até elas? Não caberia ao Estado garantir o direito dos cidadãos de ter acesso à pintura - aos pintores garantir o direito de criá-la; aos não pintores o direito de fruí-las?” (CHAUÍ, 2008: 66).

A prefeitura municipal de Osório vem desempenhando certo protagonismo perante as políticas culturais já há algum tempo, realizando uma série de políticas públicas, como por exemplo, a manutenção de um coral municipal, de uma banda municipal, de um grupo de teatro, a realização de uma mostra de dança, de um concurso de música autoral, um festival de teatro e uma feira do livro. Vamos nos deter às duas últimas:

3.1 Feira do Livro de Osório

A feira do livro de Osório é um evento realizado pela prefeitura municipal e organizado pela Assessoria de Cultura e Juventude com apoio de instituições locais. A feira ocorre em um importante espaço público municipal entre a Biblioteca municipal e o Largo dos Estudantes¹¹, que conta com um palco, que se transforma no “palco do evento”. Neste local são instalados os stands dos livreiros, que na feira de 2017, totalizaram 10 expositores, sendo apenas uma editora, especializada em literatura infantil chamada Papa Abissal, que tem sede no município de Osório. As atividades promovidas durante a feira são dispostas entre os

¹¹ Largo dos Estudantes Sônia Chemale - espaço público para recreação com um palco para a execução de espetáculos, rodas de conversas e exposições.

espaços públicos e privados, uma vez que algumas atividades ocorrem dentro da Faculdade particular da cidade. Todos os espaços e atividades situam-se no centro administrativo e comercial da cidade, sendo assim, a estrutura física não estende-se para outros bairros, mesmo que exista um Centro Cultural - nomeado José do Patrocínio -, pertencente ao município, administrado pela Assessoria de Cultura e Juventude e localizado há algumas quadras de distância dos já citados espaços da feira.

Em geral, por conter inúmeras apresentações culturais, como corais juvenis e infantis, espetáculos teatrais, oficinas geridas por professores locais, contação de história, bate papos e sessões de autógrafos com escritores convidados, além de exposições audiovisuais, a Feira do Livro de Osório cumpre um papel que vai além da política de livro e leitura, abordando, de modo mais amplo, aspectos que incentivam as produções artísticas e a fruição cultural na cidade.

De acordo com a assessora de cultura em entrevista realizada no mês de março de 2018, a 32ª edição da feira teve um orçamento de 18 mil reais, alocados em decoração, divulgação, estruturação de palco e pagamento de serviços técnicos. O objetivo da feira, nas palavras da assessora, “é contemplar a literatura em todos os segmentos”, no qual junto à sua comissão elaborou: “Que história queremos contar”, o slogan da última feira, que teve sete dias de programação.

Através de uma breve pesquisa de campo, realizada no encerramento da edição de 2017, foi possível analisar algumas questões sobre a dimensão da relação da venda dos livros e da organização da feira. O fato de mais da metade dos livreiros não serem da região expõe a carência de um problema que pode não ser apenas de Osório mas também de muitos outros municípios como tal. Porquanto, a inexistência de livrarias no município é fundamental para entender a posição da Feira do Livro, enquanto política pública cultural ao se colocar como um substrato necessário para comunidade osoriense exercer o direito de adquirir bens culturais. A ausência do comércio literário em Osório, abordado através da escassez de livrarias, é igualmente proporcional a realidade dos livreiros entrevistados, que mesmo atuando no segmento, não possuem um estabelecimento fixo, ou seja, os mesmos sobrevivem do trabalho informal em eventos esporádicos e com públicos incertos.

A venda dos 1.718 livros, aferida pela pesquisa junto aos livreiros, foi suficiente para que alguns dos comerciantes tivessem a percepção, por exemplo, de que a Feira do Livro de Osório chegou a ser mais “lucrativa” para eles do que a Feira do livro de Porto Alegre -

capital e maior cidade do Rio Grande do Sul. Evidentemente, este dado demanda uma análise mais detalhada que ainda será realizada, quanto ao perfil dos expositores, dos livros apresentados ao público e, sobretudo, da concorrência enfrentada por eles em Porto Alegre, com uma feira que conta com a participação direta das editoras.

Vale frisar, contudo, que, apesar do relevante número de vendas, grande parte do recurso financeiro movimentado não é reinserido no contexto econômico de Osório, uma vez que estes livreiros não são moradores do município e nem precisam pagar tributos para o poder público de Osório, com exceção da Editora com sede na cidade e que, possui como proprietária, a ilustradora de livros infantis Monika Papescu, que também é moradora de Osório.

O perfil dos participantes da feira, dado a estimativa a partir do consumo de livros, é predominantemente infanto-juvenil. Foram comercializados livros de contação de história, de desenho, ficção científica e, em menor número, autoajuda. Ainda que o espaço da feira se restrinja a um único bairro central, a prefeitura disponibilizou transporte para as escolas de educação infantil levarem seus alunos, que pode ser observado sob três prismas: 1) garantir público para o evento; 2) incentivar as crianças da rede municipal a criar o hábito da leitura; 3) investir na formação de público e, por consequência, na criação de um mercado consumidor.

O modelo de organização da feira, apesar de reduzido, tenta seguir os parâmetros das feiras de grandes cidades, mesmo que os espetáculos, as palestras e as sessões de autógrafos sejam específicas para a população local. O retrato da alocação de recursos financeiros na parte técnica do evento é fruto da dificuldade em se ter mão de obra na cidade, ou seja, os serviços contratados são prestados por empresas de fora de Osório, uma vez que, segundo a Assessora de Cultura e Juventude do município, poucas são as empresas nesse setor e não há equipe e nem equipamentos próprios da prefeitura. Deve ser observado que o recurso empregado, ainda que pequeno, é alocado em atividades-meio, para viabilizar a realização do evento, sendo que os artistas, palestrantes e escritores, mesmo realizando seu trabalho, não recebem cache.

3.2. Festival de Teatro “Art In Vento”

O Art In Vento é um festival de teatro realizado desde 2005, organizado também pela Assessora de Cultura e Juventude de Osório conjuntamente ao Instituto Estadual de Artes

Cênicas (IEACEN)¹² e ao Grupo Galpão das Artes¹³, com apoio da Biblioteca Pública Fernandes Bastos e da Câmara de Vereadores do município.

Trata-se de um evento gratuito aberto a toda a comunidade e aberto às inscrições a todos os grupos teatrais ou CIA de teatro. O festival costuma ser dividido em duas modalidades: estudantil e amador, com espetáculos nos turnos da manhã, tarde e noite. Se coloca em forma de competição entre os grupos quando ao final do evento serão premiados por: melhor espetáculo, melhor ator, melhor atriz, melhor ator coadjuvante, melhor atriz coadjuvante, melhor trilha sonora, melhor iluminação, melhor direção, melhor cenário, melhor caracterização, prêmio especial do júri, texto original e júri popular, todos esses dentro das duas modalidades existentes. Importante ressaltar que, em 2017, os grupos ganhadores de melhor espetáculo estudantil e melhor espetáculo amador ganham além do troféu, um prêmio em dinheiro de R\$ 1.000,00 cada grupo.

Em termos de organização e realização da parte cênica, os grupos teatrais ou CIA de teatro interessados em participar do evento devem se inscrever no período determinado pela organização, enviando todos os dados requisitados do grupo. A organização junto com o IEACEN selecionam os grupos que irão efetivamente participar do evento, em média nove espetáculos estudantis, nove espetáculos amadores e quatro suplentes, com o acréscimo de alguns espetáculos convidados pela organização não inclusos no certame. Em 2017, os espetáculos selecionados receberam uma ajuda de custo de R\$ 200,00 e a comissão organizadora também disponibilizou um alojamento para os participantes interessados em permanecer no evento, porém não pagou cachê e não se responsabilizou por transporte ou alimentação dos grupos.

Durante o evento o IEACen disponibiliza oficinas com profissionais da área, gratuitas e abertas para qualquer um se inscrever, com duração em média de uma hora. No ano de 2017 foram ofertadas oficinas de iluminação, de palhaço e de ator corpo e voz.

12 IEACen- Instituto Estadual de Artes Cênicas pertencente a Secretaria de cultura do estado e ao Governo estadual do Rio Grande do Sul destina-se a atender todas as atividades que compõem as artes cênicas dentro do Rio Grande do Sul, as ações do instituto são pautadas por uma estruturação de um corredor cultural do estado, moldando um calendário cultural por todo o estado.

13 Grupo Galpão das Artes- surgiu a partir de um grupo de profissionais do teatro, que montaram um espaço físico para ofertar oficinas teatrais, porém foram agregando músicos, bailarinos, artistas plásticos, poetas dentre outros, transformando-se em um espaço cultural, com objetivo de fomentar a cultura.

Para a concretização do evento, o orçamento da prefeitura previa uma rubrica de 45 mil reais, porém, segundo a assessora de cultura, no ano de 2017 foi utilizado somente 17 mil reais do orçamento para a realização do evento.

O evento tem como objetivo difundir e divulgar manifestações culturais, trazendo grupos tanto de Osório quanto de outras localidades, proporcionando assim um intercâmbio cultural. O Art in Vento se coloca como uma importante ferramenta de fomento ao teatro, incitando assim maior interesse da população no teatro, incentivando que mais pessoas se encorajem a participar dessa criação cultural. Tal proposta traz aos grupos teatrais pequenos e/ou iniciantes a oportunidade de apresentar-se em um evento de cunho mais abrangente, promovendo intercâmbio de experiências e acarretando em maior divulgação e reconhecimento do grupo, trazendo também para a comunidade local a possibilidade de fruição, disponibilizando o acesso a manifestações e bens culturais, assim como aos processos de criação artística e cultural.

Vale observar que os grupos teatrais existentes em Osório são, em suma, estudantis e/ou amadores sendo assim seus espaços de ensaio são em escolas ou muitas vezes em locais precários, arranjados pelos próprios grupos. Nesse sentido, no que tange as artes cênicas, os grupos se queixam que a prefeitura só se mostra participativa com a disponibilização de espaço para ensaios do grupo de oficinas teatrais da própria secretaria (SIC) de cultura, e há algum tempo ajudava no custeio do aluguel do Espaço Cultural Galpão das Artes, o que não ocorre mais, pois o mesmo se encontra sem espaço físico atualmente. No antigo local eram ofertadas: oficinas teatrais para todas as idades, o projeto Dandô (que se tratava de um percurso com músicos locais autorais), um bazar onde eram convidados artesãos das localidades para expor os seus trabalhos e as próprias apresentações teatrais do grupo. A falta desse espaço na promoção destas e de outras manifestações afetam o consumo cultural da cidade e precisarão ser observadas com maior rigor ao longo da pesquisa.

4. Considerações finais

As análises realizadas sobre os eventos supracitados ainda são bastante tímidas e iniciais, dispondo de poucas informações e balanceadas por pontos abstratos de observações empíricas, que não puderam ainda ser confrontadas por dados e/ou informações a serem construídos, quiçá por um banco de dados dos eventos.

Contudo, já podemos perceber que o perfil dos bens artísticos e culturais “ofertados” por estes eventos, assim como nas demais políticas realizadas pela prefeitura, são majoritariamente questionados quanto à qualidade, até mesmo pelo público, ainda que pertencentes a um escopo que pode ser caracterizado como sendo parte de uma “cultura de massa”. Ou seja, as atividades artísticas e culturais realizadas buscam mais entreter o público do que gerar grandes reflexões políticas, sociais ou estéticas.

Esta crítica pode ser aprofundada quando se observa o perfil das “obras literárias” comercializadas na Feira do Livro de 2017, em que o “interesse comercial” ou a “necessidade de vender” se sobrepõe a um possível padrão estético associado à “cultura superior”, mas que reflete o gosto do público e/ou o hábito cultural constituído.

Vale apontar que a maioria dos expositores, quase a totalidade, da Feira do Livro são “livreiros”, proprietários de pequenos comércios de livros (que provavelmente não se caracterizem como livrarias), uma vez que não há o interesse por parte das editoras (com exceção da Editora Papa Abissal, com sede no município de Osório como apontado) de participar de Feiras do Livro do porte da que ocorre em Osório, provavelmente por conta do volume de livros comercializados e, até mesmo, pelo perfil dos participantes. Com isso, os comerciantes precisam focar em obras (produtos) que tenham comercialização mais assegurada, ou seja, obras comerciais, diretamente associados à indústria cultural e à cultura de massa.

Teixeira Coelho nos auxilia, contudo, a relativizar o que poderia ser uma crítica à ação da prefeitura, na medida em que tais ações seriam importantes para “romper” com os limites da “escala” que a “cultura superior” e a “cultura média” enfrentariam na economia da cultura, cumprindo ainda um papel “pedagógico” dado que pode representar uma “porta de entrada” de determinados setores “alienados” ao mundo das artes:

“Talvez fosse até possível dizer que a *masscult* teria, em sua banalidade, uma força e uma motivação histórica profundas, responsáveis por um dinamismo capaz de fazê-la romper as barreiras de classe sociais e culturais e colocar as bases de uma instável, precária e discutível mas democrática comunidade cultural. Uma comunidade desinteressada de referir-se o tempo todo à cultura superior, ao contrário do que ocorre com a *midcult*, e por isso mesmo capaz, eventualmente, de vir a produzir sua forma de cultura superior” (COELHO, 2007: 18-19).

Uma dificuldade encontrada nas políticas culturais em geral e reforçada pela assessora de cultura do município de Osório é referente à execução orçamentária. A natureza das ações artísticas e culturais, de maneira geral, envolve diversos aspectos subjetivos e de criação, que

são difíceis de serem planejados de antemão, dependendo dos artistas envolvidos nos processos. Entretanto, a “queixa” da assessora de cultura de Osório é referente a uma característica intrínseca aos orçamentos públicos, que é a incerteza quanto à existência efetiva da disponibilidade do orçamento, uma vez que as leis orçamentárias anuais (LOAs) são previsões orçamentárias, que podem se concretizar ou não. Segundo a gestora de Osório, tal característica dificulta o planejamento, tornando-o de última hora, atrapalhando a divulgação dos eventos e, por consequência, o conhecimento do público.

Ainda que a pesquisa esteja em seu início e carecendo de levantamento de dados e informações, bem como de análises muito mais consistentes sobre as políticas públicas, pode-se observar que a existência de um festival de teatro da “dimensão” do Art in Vento, assim como da Feira do Livro, tornam-se fundamentais para a fruição cultural por parte dos seus munícipes, sobretudo aos munícipes que não contam com condição de se deslocar para um grande centro como Porto Alegre e/ou não disponham de capital cultural para “querer” entrar em contato direto com obras literárias e cênicas.

Desta maneira, mesmo que de forma insipiente, a prefeitura de Osório, está investindo na formação de público, projetando o acesso à cultura como um direito e insinuando que a cultura pode ser protagonista do desenvolvimento, inclusão e transformação social, na medida em que oferece espaço, ainda que de maneira tímida, para seus artistas se apresentarem.

5. Bibliografia

BAKHSHI, Hasan; Lee, Neil; Mateos-Garcia, Juan, Capital of culture? An econometric analysis of the relationship between arts and cultural clusters, wages and the creative economy in English cities, In: **Creative Communities: Art works in economic development**, ed. Rushton. 2013.

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. Cotia: Ateliê Editora, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia, In: **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año 1, nº 1 (jun. 2008 -) Buenos Aires: CLACSO, 2008.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2007

POZZER, M. R. O., (Org.). **Extensão universitária e economia da cultura: a experiência em universidades públicas brasileiras**. 1. ed. São João del Rei: Malta, 2012

REIS, Ana Carla Fonseca, **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável** – o caleidoscópio da cultura. Barueri: Manole, 2007.

IBGE, **Sistema IBGE de Recuperação Automática** (SIDRA),
<https://sidra.ibge.gov.br/Busca?q=tamanho%20municipios>, (acessado em 20 de março de 2018).